



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Tecnologia da Informação**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A****Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva - Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

**Diante do futuro**

*Que me importa o presente? No futuro é que está a existência dos verdadeiros homens. Guyau\*, a quem não me canso de citar, disse em uma de suas obras estas palavras:*

*“Porventura sei eu se viverei amanhã, se viverei mais uma hora, se a minha mão poderá terminar esta linha que começo? A vida está por todos os lados cercada pelo Desconhecido. Ainda executo, trabalho, empreendo; e em todos os meus atos, em todos os meus pensamentos, eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar. A minha atividade excede em cada minuto o instante presente, estende-se ao futuro. Eu consumo a minha energia sem recear que esse consumo seja uma perda estéril, imponho-me privações, contando que o futuro as resgatará – e sigo o meu caminho. Essa incerteza que me comprime de todos os lados equivale para mim a uma certeza e torna possível a minha liberdade – é o fundamento da moral especulativa com todos os riscos. O meu pensamento vai adiante dela, com a minha atividade; ele prepara o mundo, dispõe do futuro. Parece-me que sou senhor do infinito, porque o meu poder não é equivalente a nenhuma quantidade determinada; quanto mais trabalho, mais espero.”*

\* Jean-Marie Guyau (1854-1888), filósofo e poeta francês.

(PRADO, Antonio Amonio (org.). **Lima Barreto**: uma autobiografia literária. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 164)

1. Lima Barreto vale-se do texto de Guyau para defender a tese de que
  - (A) as projeções do futuro só importam quando estiverem visceralmente ligadas às experiências do presente.
  - (B) o futuro ganha plena importância quando temos a convicção de que todas as nossas ações são duradouras.
  - (C) as ações do presente têm sua importância determinada pelo valor intrínseco de que se revestem.
  - (D) as ações do presente ganham sentido quando projetadas e executadas com vistas ao futuro.
  - (E) o futuro só é do nosso domínio quando nossas ações no tempo presente logram antevê-lo e iluminá-lo.
2. O fato de nossa vida estar cercada pelo Desconhecido não deve implicar uma restrição aos empreendimentos humanos, já que, para Guyau,
  - (A) a incerteza do futuro não elimina a possibilidade de tomá-lo como parâmetro dos nossos empreendimentos.
  - (B) os nossos atos tendem a se tornar estéreis quando pautados por uma visão otimista do futuro.
  - (C) a brevidade do tempo que temos para viver autoriza-nos a viver o presente com o máximo de intensidade.
  - (D) o fundamento da moral especulativa está em planejar o futuro sem atentar para as circunstâncias presentes.
  - (E) o trabalho estéril executado no presente acumula energias que serão desfrutadas no futuro.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
  - (A) *Todavia executo* (2º parágrafo) = por conseguinte ajo.
  - (B) *uma perda estéril* (2º parágrafo) = um ônus impróprio.
  - (C) *imponho-me privações* (2º parágrafo) = faculto-me restrições.
  - (D) *o futuro as resgatará* (2º parágrafo) = o amanhã as imputará.
  - (E) *incerteza que me comprime* (2º parágrafo) = dúvida que me constringe.
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Pelo simples fato de ignorarmos o futuro, Guyau não desiste de valorizar no presente às ações que poderão projetar-se nele.
  - (B) O desconhecimento do futuro não nos exime de sermos responsáveis por tudo aquilo que empreendemos.
  - (C) Sendo certo que o Desconhecido cercea nossa vida, nem por isso deixaremos de investir sobre o nosso futuro.
  - (D) Está no futuro o sentido mesmo de tudo o que nos dispomos a fazer nos limites naturais do tempo presente.
  - (E) Mesmo sem assenhorearmos qualquer certeza diante do futuro, nossas ações presentes ressalvam toda liberdade.
5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o elemento sublinhado na frase:
  - (A) Há trabalhos que a gente (**executar**) sem imaginar o sentido que ganharão no futuro.
  - (B) Os minutos de que se (**necessitar**) viver plenamente devem trazer consigo uma expectativa de futuro.
  - (C) As privações que me (**competir**) enfrentar não devem desestimular meus empreendimentos.
  - (D) As incertezas quanto ao meu próprio futuro não (**dever**) eximir-me de ser responsável por minhas decisões.
  - (E) Os desafios que cada um de nós hoje se (**obrigar**) a enfrentar fortalecem-nos diante do futuro.
6. A construção da frase *eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar* permanecerá correta caso se substitua o elemento sublinhado por
  - (A) de cujo pouco posso prever.
  - (B) por quem nada posso antecipar.
  - (C) do qual nada me é dado esperar.
  - (D) perante o qual não sei avaliar.
  - (E) em cujo nada posso desconfiar.



**Atenção:** As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

### Questão de gosto

A expressão parece ter sido criada para encerrar uma discussão. Quando alguém apela para a tal da “questão de gosto”, é como se dissesse: “chega de conversa, inútil discutir”. A partir daí nenhuma polêmica parece necessária, ou mesmo possível. “Você gosta de Beethoven? Eu prefiro ouvir fanfarra de colégio.” Questão de gosto.

Levada a sério, radicalizada, a “questão de gosto” dispensa razões e argumentos, estanca o discurso crítico, desiste da reflexão, afirmando despoticamente a instância definitiva da mais rasa subjetividade. Gosto disso, e pronto, estamos conversados. Ao interlocutor, para sempre desarmado, resta engolir em seco o gosto próprio, impedido de argumentar. Afinal, gosto não se discute.

Mas se tudo é questão de gosto, a vida vale a morte, o silêncio vale a palavra, a ausência vale a presença – tudo se relativiza ao infinito. Num mundo sem valores a definir, em que tudo dependa do gosto, não há lugar para uma razão ética, uma definição de princípios, uma preocupação moral, um empenho numa análise estética. O autoritarismo do gosto, tomado em sentido absoluto, apaga as diferenças reais e proclama a servidão ao capricho. Mas há quem goste das fórmulas ditatoriais, em vez de enfrentar o desafio de ponderar as nossas contradições.

(Emiliano Barreira, inédito)

7. Definida como *instância definitiva da mais rasa subjetividade*, a questão de gosto **opõe-se**, terminantemente,

- (A) à atribuição de mérito à naturalidade de uma primeira impressão.
- (B) ao primado do capricho pessoal, ao qual tantas vezes se apela.
- (C) à dinâmica de argumentos criteriosos na condução de uma polêmica.
- (D) ao subterfúgio de que nos valem para evitar um princípio de discussão.
- (E) ao princípio da recusa a qualquer fundamentação racional numa discussão.

8. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a menção a *Beethoven* e a *fanfarra de colégio* ilustra bem a disposição do autor em colocar lado a lado manifestações artísticas de valor equivalente.
- II. No 2º parágrafo, o termo *despoticamente* qualifica o modo pelo qual alguns interlocutores dispõem-se a desenvolver uma polêmica.
- III. No 3º parágrafo, a expressão *servidão ao capricho* realça a acomodação de quem não se dispõe a enfrentar a argumentação crítica.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

9. Ao longo do texto o autor se vale de expressões de sentido antagônico, para bem marcar a oposição entre uma razão crítica e uma mera manifestação do gosto. É o que se constata quando emprega

- (A) *encerrar uma discussão* e *nenhuma polêmica*.
- (B) *engolir em seco* e *impedido de argumentar*.
- (C) *desafio de ponderar* e *estanca o discurso crítico*.
- (D) *tudo é questão de gosto* e *tudo se relativiza*.
- (E) *servidão ao capricho* e *fórmulas ditatoriais*.

10. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Caso um de nós a tome em sentido absoluto, a questão de gosto acabará por impedir que debatamos com alguma seriedade.
- (B) Caso sejam levadas a sério, suas ponderações teriam soterrado as tais razões de gosto que alegassem os seus interlocutores.
- (C) Somente nos restaria engolir em seco, se admitirmos que a tal da questão de gosto tivesse alguma relevância.
- (D) Se alguém apelasse para a tal “questão de gosto”, dificilmente nós, reputados polemistas, haveremos de concordar.
- (E) Seria necessário que todos gostassem das fórmulas ditatoriais do gosto para que se impeça um debate calcado em princípios argumentativos.

11. Muita gente não enfrenta uma argumentação, prefere substituir uma argumentação pela alegação do gosto, atribuindo ao gosto o valor de um princípio inteiramente defensável, em vez de tomar o gosto como uma instância caprichosa.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente,

- (A) substituir-lhe - atribuindo-o - tomá-lo
- (B) substituí-la - atribuindo-lhe - tomá-lo
- (C) substituí-la - lhe atribuindo - tomar-lhe
- (D) substituir a ela - atribuindo a ele - lhe tomar
- (E) substituir-lhe - atribuindo-lhe - tomar-lhe

12. Na passagem da voz ativa para a passiva, NÃO houve a devida correspondência quanto ao tempo verbal na seguinte construção:

- (A) A questão de gosto dispensaria as razões = As razões teriam sido dispensadas pela questão de gosto.
- (B) O autoritarismo apagava as diferenças reais = As diferenças reais eram apagadas pelo autoritarismo.
- (C) Os acomodados têm proclamado a servidão ao capricho = A servidão ao capricho tem sido proclamada pelos acomodados.
- (D) Será que ele apreciará tais formas ditatoriais? = Será que tais fórmulas ditatoriais serão apreciadas por ele?
- (E) Haveremos de enfrentar esse e outros desafios = Esse e outros desafios haverão de ser enfrentados por nós.



**Atenção:** As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### Sobre a publicação de livros

*Muito se tem discutido, recentemente, sobre direitos e restrições na publicação de livros. Veja-se o que dizia o filósofo Voltaire, em 1777:*

*“Não vos parece, senhores, que em se tratando de livros, só se deve recorrer aos tribunais e soberanos do Estado quando o Estado estiver sendo comprometido nesses livros? Quem quiser falar com todos os seus compatriotas só poderá fazê-lo por meio de livros: que os imprima, então, mas que responda por sua obra. Se ela for ruim, será desprezada; se for provocadora, terá sua réplica; se for criminosa, o autor será punido; se for boa, será aproveitada, mais cedo ou mais tarde.”*

(Voltaire, **O preço da justiça**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 56)

13. A posição de Voltaire está corretamente resumida na seguinte frase:

- (A) A publicação de livros é uma questão de Estado e somente na instância do Estado deve ser administrada.
- (B) Os autores de livros, soberanos para emitir suas opiniões, devem permanecer à margem das sanções dos tribunais.
- (C) A única consequência admissível da publicação de um livro é a reação do público leitor, a quem cabe o juízo definitivo.
- (D) Afora alguma razão de Estado, não se deve incriminar um autor pela divulgação de suas ideias.
- (E) O Estado só deve ser invocado para julgar um livro quando isso constituir manifesta exigência do público.

14. Por falha estrutural de redação, impõe-se **reescrever** a seguinte frase:

- (A) Muitos ensinamentos dos antigos escritores e filósofos mantêm-se atuais, por força do permanente interesse público pelos temas que abordaram.
- (B) São inspiradores os intelectuais antigos que, como Voltaire, discutiram temas cuja relevância não sofreu qualquer declínio até nossos dias.
- (C) A discussão atual sobre o direito de se publicar uma biografia não autorizada pode enriquecer-se, quando se recorre a princípios defendidos por Voltaire.
- (D) A liberdade de pensamento constituiu uma preocupação central para os intelectuais do século XVIII, destacando-se, entre eles, o gênio de Voltaire.
- (E) Mesmo que haja grande evolução no que diz respeito aos costumes, vê-se que no século XVIII era permanente a preocupação com os direitos civis.

15. Quanto à colocação das vírgulas, a frase inteiramente correta é:

- (A) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (B) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (C) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto” Voltaire aborda, com a propriedade de sempre a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também, nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (D) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro, para contrabalançar, os impulsos do coração.
- (E) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma, do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também nos deu um cérebro, para contrabalançar os impulsos do coração.

### Raciocínio Lógico-Matemático

**Atenção:** Utilize o texto a seguir para responder às questões de números 16 e 17.

*Em uma das versões do jogo de Canastra, muito popular em certos Estados brasileiros, uma canastra é um jogo composto de sete cartas. Existem dois tipos de canastras: a canastra real, formada por sete cartas normais iguais (por exemplo, sete reis) e a canastra suja, formada por quatro, cinco ou seis cartas normais iguais mais a quantidade de coringas necessária para completar as sete cartas. São exemplos de canastras sujas: um conjunto de seis cartas “9” mais um coringa ou um conjunto de quatro cartas “7” mais três coringas.*

*As canastras reais e sujas valem, respectivamente, 500 e 300 pontos, mais o valor das cartas que as compõem. Dentre as cartas normais, cada carta “4”, “5”, “6” e “7” vale 5 pontos, cada “8”, “9”, “10”, valete, dama e rei vale 10 pontos e cada ás vale 20 pontos. Já dentre os coringas, existem dois tipos: o “2”, que vale 20 pontos cada, e o joker, que vale 50 pontos cada.*

*Uma carta “3” não pode ser usada em uma canastra. A Canastra é jogada com dois baralhos, o que resulta em oito cartas de cada tipo (“2”, “3”, “4”, ... , “10”, valete, dama, rei e ás) mais quatro coringas joker.*

16. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no mínimo, igual a

- (A) 335.
- (B) 350.
- (C) 365.
- (D) 375.
- (E) 380.





<p>17. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra usando apenas sete cartas, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no máximo, igual a</p> <p>(A) 530. (B) 535. (C) 570. (D) 615. (E) 640.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Constitucional</b></p> <p>21. Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de</p> <p>(A) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. (B) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. (C) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. (D) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. (E) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.</p>
<p>18. O número A é composto por 2000 algarismos, todos eles iguais a 1, e o número B é composto por 1000 algarismos, todos eles iguais a 3. Se o número C é igual à soma dos números A e B, então a soma de todos os algarismos que compõem C é igual a</p> <p>(A) 5000. (B) 4444. (C) 4000. (D) 3333. (E) 3000.</p>	<p>22. É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito</p> <p>(A) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos. (B) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude. (C) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico. (D) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade. (E) agrário, direito penitenciário, metalurgia e sistema cartográfico.</p>
<p>19. No próximo ano, uma enfermeira deverá estar de plantão em 210 dos 365 dias do ano. No hospital em que ela trabalha, só se permite que uma enfermeira fique de plantão por, no máximo, 3 dias consecutivos. Nessas condições, combinando adequadamente os dias de plantão e de folga, o número máximo de dias consecutivos que ela poderá tirar de folga nesse ano é igual a</p> <p>(A) 78. (B) 85. (C) 87. (D) 90. (E) 155.</p>	<p>23. Considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. O direito de reunião em locais abertos ao público deve ser exercido, segundo o texto constitucional, de forma pacífica, sem armas, com prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.</p> <p>II. É assegurada pela Constituição Federal a gratuidade das ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania, bem assim, aos reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.</p> <p>III. É cabível a impetração de <i>habeas data</i> em caso de violação do direito fundamental assegurado a todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse geral, ainda que, neste último caso, não diga respeito especificamente à pessoa do impetrante.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II e III, apenas. (E) I e II, apenas.</p>
<p>20. Durante um comício de sua campanha para o Governo do Estado, um candidato fez a seguinte afirmação:</p> <p style="text-align: center;"><b>“Se eu for eleito, vou asfaltar 2.000 quilômetros de estradas e construir mais de 5.000 casas populares em nosso Estado.”</b></p> <p>Considerando que, após algum tempo, a afirmação revelou-se falsa, pode-se concluir que, necessariamente,</p> <p>(A) o candidato não foi eleito e não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado. (B) o candidato não foi eleito, mas foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado. (C) o candidato foi eleito, mas não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado. (D) o candidato foi eleito e foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado. (E) não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas ou não foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.</p>	



24. Considere as seguintes afirmativas:

- I. As decisões proferidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho são dotadas de efeito vinculante.
- II. A competência constitucionalmente assegurada para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho e os *habeas corpus* quando o ato questionado envolver matéria sob sua jurisdição implica o reconhecimento de legitimidade para o exercício de jurisdição penal aos órgãos da Justiça do Trabalho.
- III. A instalação de justiça itinerante pelos Tribunais Regionais do Trabalho deve servir-se, segundo o texto constitucional, dos equipamentos públicos disponíveis, sendo vedada a utilização daqueles de natureza particular ou comunitária.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

25. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Lei federal que condicione o exercício da profissão de músico à inscrição regular na Ordem dos Músicos do Brasil e ao pagamento das respectivas anuidades não ofende a Constituição, pois cabe ao legislador estabelecer qualificações profissionais a serem exigidas como condição ao exercício do direito fundamental à liberdade de profissão.
- II. É assegurada às entidades associativas, desde que expressamente autorizadas, legitimidade para representar seus filiados judicialmente, inclusive em sede de ação civil pública e de mandado de segurança coletivo.
- III. A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, bem como o direito à indenização por danos morais decorrentes de sua violação são constitucionalmente assegurados às pessoas naturais e não às pessoas jurídicas.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

### Noções de Direito Administrativo

26. A Administração pública de São Bernardo do Campo tem necessidade de adquirir equipamento de informática que é produzido e comercializado, com exclusividade, por empresa brasileira sediada no Estado do Paraná. Após ampla e detida pesquisa, constatou-se que referido equipamento é o único capaz de atender de forma satisfatória o interesse público, sendo premente sua aquisição. Para tanto, a Administração pública municipal deve comprar referido equipamento por meio de

- (A) procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que é exigência constitucional para todas as contratações públicas.
- (B) procedimento licitatório, elegendo a modalidade licitatória que imprima maior competitividade ao certame, desde que o faça de forma motivada.
- (C) contratação direta, com fundamento na dispensa de licitação, exigindo do fornecedor a comprovação de exclusividade de fabricação e comercialização, por meio da apresentação de atestado emitido para esse fim.
- (D) contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, exigindo, para tanto, que o fornecedor apresente a documentação comprobatória da condição de exclusividade, nos termos da Lei.
- (E) contratação direta, com fundamento na dispensa ou na inexigibilidade de licitação, não havendo, em qualquer das hipóteses, forma específica indicada pela lei para comprovação da exclusividade de fabricação e comercialização.



27. Durante procedimento licitatório, na fase de homologação, o Poder Público apercebeu-se que a execução do serviço objeto da licitação não mais atendia ao interesse público que motivou a abertura do certame, em razão de situação incontornável, decorrente de fato superveniente à sua instauração, devidamente comprovado. Nessa condição, a autoridade competente superior, após receber o processo de licitação, deve
- (A) revogar a licitação, por ato devidamente motivado, assegurando-se aos interessados o contraditório e a ampla defesa.
  - (B) anular o procedimento por razão de interesse público, não havendo obrigação de indenização, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
  - (C) homologar o ato de resultado final da Comissão de Licitação, confirmando a validade do certame e adjudicando o objeto da licitação ao vencedor do certame, que tem direito subjetivo à contratação.
  - (D) anular o procedimento por razões de ordem administrativa, ficando a Administração obrigada a indenizar os participantes da licitação.
  - (E) revogar a licitação, por motivo de legalidade, não havendo obrigação legal de assegurar o contraditório e a ampla defesa, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
- 
28. Ato normativo emanado do Poder Legislativo federal criou, junto aos quadros do Ministério da Saúde, cargos de provimento efetivo autorizando seu preenchimento pela integração, no serviço público federal, de servidores públicos de Autarquia estadual da área da saúde que atuavam há muitos anos no serviço público federal, em razão de acordo entre o Estado e a União. Os atos administrativos de provimento pautados em referida norma legal
- (A) não são passíveis de anulação pelo judiciário, porque a exigência de concurso público se dá tão somente para primeira investidura no serviço público.
  - (B) são passíveis de revogação, por motivo de conveniência e oportunidade, mas não de anulação, isso porque o administrador está adstrito ao princípio da legalidade que, na hipótese, fundamenta a transposição funcional de um cargo a outro, mesmo que de esfera governamental distinta.
  - (C) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que ofende a Constituição Federal; sendo igualmente inválidos todos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, que, por essa razão, não surtem efeitos.
  - (D) não são passíveis de anulação porque se cuidam de provimento derivado, considerando que os servidores mantinham vínculo anterior com a Administração pública de outra esfera governamental.
  - (E) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que malfez a Constituição Federal, sendo, no entanto, válidos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, se por outra razão não forem viciados.
- 
29. Servidor Público federal, ocupante de cargo junto ao Ministério da Fazenda, foi deslocado, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, no interesse da Administração. O ato administrativo descrito, nos termos da Lei nº 8.112/1990, denomina-se
- (A) redistribuição, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da Administração, com ou sem mudança de sede, independentemente de motivação.
  - (B) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá a critério da Administração, podendo, no entanto, ocorrer independentemente do interesse da Administração, nas situações expressamente autorizadas pela Lei.
  - (C) transferência, que é a modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, com ou sem mudança de sede, sempre no interesse da Administração.
  - (D) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da Administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá, exclusivamente, a critério da Administração.
  - (E) recondução, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da administração, com ou sem mudança de sede, hipótese em que a motivação do ato é dispensada; denominando-se redistribuição, o deslocamento a pedido do servidor.
- 
30. Órgão integrante do Poder Legislativo federal, no desempenho da função administrativa, solucionou controvérsia proferindo ato administrativo restritivo de direito sem, no entanto, observar a Lei nº 9.784/1999. Considerando o âmbito de aplicação da referida lei, é correto afirmar que o administrador atuou
- (A) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se, exclusivamente, ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta.
  - (B) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta e ao Poder Judiciário federal, não se aplicando ao Poder Legislativo federal, estadual ou local.
  - (C) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da supracitada norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
  - (D) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, respectivamente, quando no desempenho de função legislativa e judicial.
  - (E) conforme a lei, porque o ato normativo aplica-se tão somente às unidades de atuação integrantes da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta federal.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Há diversos processos e práticas ágeis de desenvolvimento de *software*. Considere:

- I. Seu objetivo é criar um “código limpo que funcione”. Trabalha com a estratégia *Red – Green – Refactor*.
  - Codifique o teste;
  - Faça-o compilar e executar. O teste não deve passar (*Red*).
  - Implemente o requisito e faça o teste passar (*Green*).
  - Refatore o código (*Refactor*).
- II. Suas práticas, regras e valores garantem um agradável ambiente de desenvolvimento de *software* para os seus seguidores, que são conduzidos pelos princípios básicos:
  - Comunicação – manter o melhor relacionamento possível entre clientes e desenvolvedores, preferindo conversas pessoais a outros meios de comunicação;
  - Simplicidade – implementar apenas requisitos atuais, evitando adicionar funcionalidades que podem ser importantes somente no futuro;
  - *Feedback* – o desenvolvedor terá informações constantes do cliente e do código, em que testes constantes indicam os erros tanto individuais quanto do *software* integrado;
  - Coragem – encorajar as pessoas que não possuem facilidade de comunicação e bom relacionamento interpessoal, encorajar a equipe a experimentar e buscar novas soluções, além de encorajar a obtenção de *feedback* do cliente.
- III. Objetiva capturar os critérios de aceitação para as funcionalidades em desenvolvimento. Trabalha com as seguintes etapas:
  - Discutir (*Discuss*): discussão colaborativa com a equipe visando elicitar os critérios de aceitação.
  - Refinar (*Distill*): refinamento dos critérios de aceitação em um conjunto concreto de cenários/exemplos de uso descrevendo o comportamento esperado da aplicação em uma linguagem comum a todos os membros da equipe.
  - Desenvolver (*Develop*): transformação dos testes de aceitação (descrevendo o comportamento esperado do *software*) em testes/especificação automatizados.
- IV. Suas práticas incluem:
  - Envolver as partes interessadas no processo através de *Outside-in Development*.
  - Usar exemplos para descrever o comportamento de uma aplicação ou unidades de código.
  - Automatizar os exemplos para prover um *feedback* rápido e testes de regressão.
  - Usar o verbo *deve* (*should*) ao descrever o comportamento de *software* para ajudar a esclarecer responsabilidades e permitir que funcionalidades sejam questionadas.
  - Usar duplões de teste (*mocks, stubs, fakes, dummies, spies*) para auxiliar na colaboração entre módulos e códigos que ainda não foram escritos.

Os processos ágeis I, II, III e IV são, correta e respectivamente, denominados:

- (A) BDD – DDD – ATDD – XP
- (B) TDD – BDD – DDD – XP
- (C) ATDD – XP – DDD – BDD
- (D) ATDD – BDD – TDD – DDD
- (E) TDD – XP – ATDD – BDD

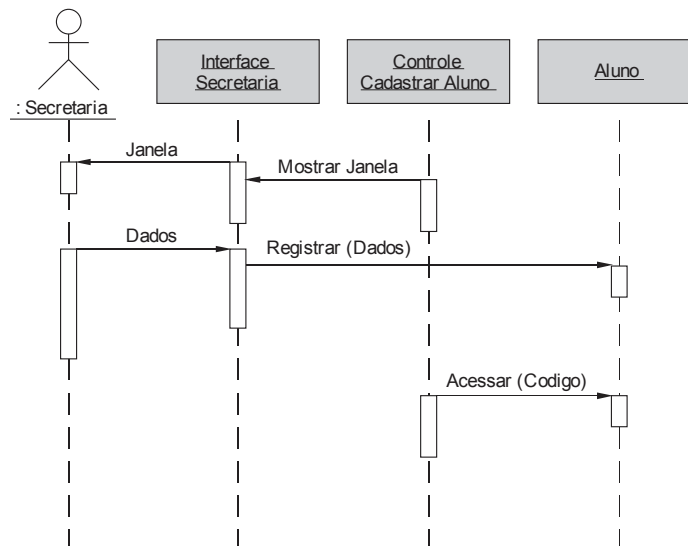
32. O modelo de ciclo de vida incremental e iterativo foi proposto como uma resposta aos problemas encontrados no modelo em cascata. Em relação a este tipo de modelo de processo, é INCORRETO afirmar que

- (A) um processo de desenvolvimento, segundo essa abordagem, divide o desenvolvimento de um produto de *software* em ciclos. Em cada ciclo de desenvolvimento podem ser identificadas as fases de análise, projeto, implementação e testes.
- (B) cada um dos ciclos de desenvolvimento considera um subconjunto de requisitos. Os requisitos são desenvolvidos uma vez que sejam alocados a um ciclo de desenvolvimento. No próximo ciclo, um outro subconjunto dos requisitos é considerado para ser desenvolvido, o que produz um novo incremento do sistema que contém extensões e refinamentos sobre o incremento anterior.
- (C) o desenvolvimento evolui em versões, através da construção incremental e iterativa de novas funcionalidades até que o sistema completo esteja construído. Apenas uma parte dos requisitos é considerada em cada ciclo de desenvolvimento.
- (D) o desenvolvimento incremental e iterativo de *software* sempre é possível, desde que a equipe de desenvolvimento divida os requisitos do sistema em partes, para que cada parte seja alocada a um ciclo de desenvolvimento. Para isso, a Norma NBR ISO/IEC 12207:2009 traz recomendações em sua seção Processos de Contexto de Sistema.
- (E) os dois padrões mais conhecidos de sistemas iterativos de desenvolvimento são: o UP (Processo Unificado) e o desenvolvimento ágil de *software*. Por isso, o desenvolvimento iterativo e incremental é também uma parte essencial do XP.





33. UML é uma linguagem visual para modelagem de sistemas orientados a objeto. Considere o diagrama UML:



Uma primitiva importante dos diagramas de ...I... é a troca de mensagem, como na figura acima, que ilustra a troca de mensagens entre objetos e entre atores e objetos. Estas mensagens, utilizadas para indicar interação ou comunicação, podem ter diferentes significados:

- Chamada: significa que um objeto está solicitando a execução de ...II... de um outro objeto. Para isso, é necessário que ele seja declarado como público ...III... correspondente.
- Ocorrência de Evento: um evento é algum acontecimento externo ao *software*, mas que é a ele notificado, pois lhe diz respeito. Exemplos são as saídas para dispositivos (como disco ou monitor) feitos através de serviços do sistema operacional. Esta é a forma padrão de interação entre ...IV... .

As lacunas I, II, III e IV são, correta e respectivamente, preenchidas em:

- (A) sequência – um método – na classe – objetos e atores.
- (B) atividades – um procedimento – no método – classes e objetos.
- (C) objetos – uma mensagem – no método – objetos e métodos.
- (D) sequência – um método – no método construtor – classes e métodos.
- (E) atividades – uma classe – na superclasse – objetos e atores.

34. Considere as afirmativas sobre a Norma NBR ISO/IEC 12207 e a Norma ISO/IEC 20968.

- I. A Norma NBR ISO/IEC 12207: 2009 possui duas seções principais para tratar os processos de *software*: Processos de Contexto de Sistema, para ser utilizado na implementação de um produto ou de um serviço de *software* que seja elemento de um sistema maior, e Processos Especificos de *Software*, para lidar com produto ou serviço de *software* ou um sistema de *software* independente.
- II. O método definido pela Norma ISO/IEC 20968: 2002 pode ser usado para medir o tamanho funcional de qualquer aplicação de *software* que possa ser descrita em termos de transações lógicas, cada uma composta por um componente de entrada, processo e saída. As regras de tamanho foram designadas para aplicações de *software* do domínio de sistemas de informação de negócios, nas quais o componente de processamento de cada transação tende a ser determinado por considerações de armazenamento ou recuperação de informação.
- III. Há duas categorias de processos de projeto, de acordo com a Norma NBR ISO/IEC 12207: 2009, Processos de Gestão de Projeto, utilizados para planejar, executar, avaliar e controlar o progresso de um projeto e Processos de Apoio ao Projeto, que fornecem um conjunto de tarefas específicas focadas na execução de um objetivo de gerenciamento especializado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

35. O DNS é um protocolo que pode ser usado em diferentes plataformas. Na Internet, o espaço de nomes de domínios (árvore) é dividido em 3 seções diferentes:
- Domínios genéricos: definem *hosts* registrados de acordo com seus comportamentos genéricos. Cada nó na árvore define um domínio, que é um índice para um banco de dados de espaço de nomes de domínios.
  - Domínios ...I : esta seção usa abreviaturas de 2 caracteres para designar nações. O segundo *label* pode ser composto por designações nacionais organizacionais ou mais específicas daquela nacionalidade.
  - Domínio ...II : é usado para associar um endereço a um nome de domínio. Para tratar uma consulta de ponteiros (PTR), este domínio é acrescentado ao espaço de nomes de domínios com o nó de primeiro nível chamado ...III (por razões históricas). O segundo nível também é um nó simples que corresponde ao *inverse address*. O restante do domínio define endereços IP. Para seguir a convenção de ler *labels* de domínio de baixo para cima, um endereço IP como 132.34.45.121 é lido como ...IV.

As lacunas I, II, III e IV são, correta e respectivamente, preenchidas por:

- (A) de países - inverso - darpa - darpa.inv\_addr.132.34.45.121
- (B) de países - reverso - arpa - 121.45.34.132.in-addr.arpa
- (C) de estados - de ponteiros - arpanet - arpanet.ptr.121.45.34.132
- (D) de nações - reverso - arpa - arpa.invaddr.132.34.45.121
- (E) de nações - inverso - arpanet - 121.45.34.132.inv-addr.arpanet

36. Os protocolos de roteamento foram criados em resposta à demanda por tabelas de roteamento dinâmicas. Na realidade atual, as dimensões da Internet são tão grandes que um protocolo de roteamento não é capaz de lidar com a tarefa de atualizar as tabelas de roteamento de todos os roteadores. Por esta razão, é dividida em ASs (*Autonomous Systems*). Um AS é um grupo de redes e roteadores sob a regência de uma única administração, e
- (A) o roteamento dentro de um sistema autônomo é denominado roteamento interdomínio e o roteamento entre sistemas autônomos é conhecido como roteamento intradomínio. Existem vários protocolos de roteamento intradomínio e interdomínio em uso.
  - (B) cada AS pode escolher um ou mais protocolos de roteamento interdomínio por tratar do roteamento dentro do AS, entretanto, apenas um protocolo de roteamento intradomínio trata do roteamento entre ASs.
  - (C) OSPF é um protocolo de roteamento intradomínio que implementa o protocolo vetor distância (possibilita que o administrador atribua um custo para passagem através de uma rede com base no tipo de serviço necessário).
  - (D) BGP, um protocolo de roteamento interdomínio, é uma implementação do protocolo vetor de rota (o critério é a política que pode ser ativada pelo administrador; a política define que rotas devem ser escolhidas).
  - (E) OSPF é um protocolo de roteamento interdomínio que implementa o protocolo de estado de enlace (trata todas as redes da mesma forma, o custo de passagem por uma rede é o mesmo).

37. Vários padrões de segurança de redes sem fio existem e é necessário que os equipamentos sejam devidamente configurados de forma a aumentar a segurança de acesso à rede. Considere:

- [1] WPA com AES habilitado.
- [2] WEP.
- [3] WPA2 com AES habilitado.
- [4] WPA apenas com TKIP habilitado.

A ordem das configurações acima que possibilita um nível de segurança MAIOR para uma menor segurança em uma rede sem fio, em que a configuração seja possível, é:

- (A) [1] [3] [2] [4]
- (B) [3] [1] [4] [2]
- (C) [4] [1] [2] [3]
- (D) [1] [2] [3] [4]
- (E) [3] [4] [1] [2]



38. Os administradores de redes usam pontes (*bridges*) redundantes para tornar o sistema mais confiável. Se uma ponte falhar, outra assume seu lugar. Mas esta redundância pode criar *loops* indesejáveis no sistema. Para resolver este problema, as pontes podem usar o algoritmo I para criar uma topologia lógica sem *loops*. Este processo é realizado em quatro etapas:
1. Cada ponte tem um ID. Aquela II deve se tornar a ponte-raiz.
  2. Identifica-se em cada ponte a porta com menor custo até a ponte-raiz, chamada de porta-raiz.
  3. Identifica-se em cada LAN a ponte com menor custo até a raiz. Esta será a ponte designada, e a porta que a conecta à LAN será a porta designada.
  4. As portas designadas e raiz serão marcadas como portas de encaminhamento e as demais portas serão portas bloqueantes.

O protocolo III o implementa de forma automática e distribuída e tem como requisitos:

- Um endereço IV para o protocolo.
- Um ID único para cada ponte.
- Um ID único para cada porta, no escopo da ponte que a possui.

O protocolo V necessita das seguintes informações:

- Prioridade relativa de cada ponte na rede.
- Prioridade relativa de cada porta em uma ponte.
- O custo de caminho de cada porta.

As lacunas I, II, III, IV e V são, correta e respectivamente, preenchidas em:

- (A) *spanning tree* - com menor ID - STP (IEEE 802.1d) - MAC *multicast* - RSTP (IEEE 802.1w)
- (B) *Ethernet protection switching ring* - Identificada como *master node* - EAPS (RFC 3619) - IP *Destination Address* (IPDA) - EAPSV2
- (C) *minimum spanning tree* - com maior ID - RSTP (IEEE 802.1w) - MAC *Address Security* - STP (IEEE 802.1d)
- (D) *Ethernet protection switching ring* - Identificada com maior IP - VLAN STP (IEEE 802.1d) - MAC *multicast* - RPVST (IEEE 802.1q)
- (E) *spanning tree* - Identificada como *master node* - EAPS (RFC 3619) - IP *Destination Address* (IPDA) - EAPSV2

39. Independentemente do tipo de tecnologia usada, ao se conectar um computador à rede ele pode estar sujeito a diversos tipos de ataques. De acordo com a cartilha CERT. BR, está correto o que se afirma em:

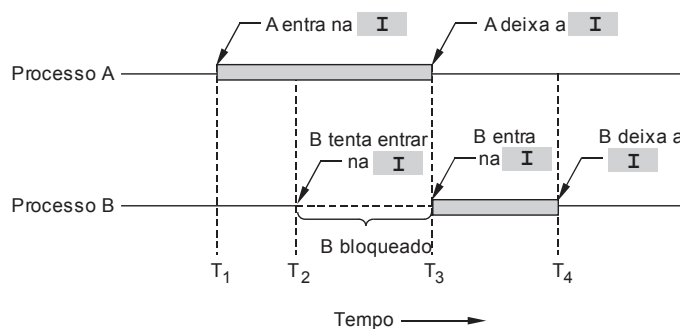
- (A) Interceptação de tráfego consiste em adivinhar, por tentativa e erro, um nome de usuário e senha e, assim, executar processos e acessar *sites*, computadores e serviços com o nome e com os mesmos privilégios deste usuário. Apesar deste ataque poder ser realizado manualmente, na grande maioria dos casos, é realizado com o uso de ferramentas automatizadas que permitem tornar o ataque bem mais efetivo.
- (B) Varredura em redes é uma técnica que consiste em alterar o conteúdo da página *web* de um *site*. Para ganhar mais visibilidade, chamar mais atenção e atingir maior número de visitantes, geralmente os atacantes alteram a página principal do *site*, porém, páginas internas também podem ser alteradas.
- (C) Um ataque de força bruta é uma técnica que consiste em efetuar buscas minuciosas em redes, com o objetivo de identificar computadores ativos e coletar informações. Com base nas informações coletadas é possível associar possíveis vulnerabilidades aos serviços disponibilizados, e aos programas instalados nos computadores ativos detectados.
- (D) Desfiguração ou *defacement* é uma técnica que consiste em inspecionar os dados trafegados em redes de computadores, por meio do uso de programas específicos chamados de *sniffers*.
- (E) Ataque de negação de serviço é uma técnica pela qual um atacante utiliza um computador para tirar de operação um serviço, um computador ou uma rede conectada à Internet. O objetivo é exaurir recursos e causar indisponibilidades ao alvo. Quando isto ocorre, todas as pessoas que dependem dos recursos afetados são prejudicadas, pois ficam impossibilitadas de acessar ou realizar as operações desejadas.

40. A Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2006 recomenda que, para monitorar e analisar criticamente o SGSI, a organização deve executar procedimentos de monitoração e análise crítica e outros controles. Dentre tais procedimentos NÃO se inclui:

- (A) identificar prontamente tentativas e violações de segurança bem-sucedidas, incidentes de segurança da informação, além de prontamente detectar erros nos resultados de processamento.
- (B) ajudar a detectar eventos de segurança da informação e assim prevenir incidentes de segurança da informação pelo uso de indicadores.
- (C) verificar se as chaves públicas e privadas do sistema criptográfico estão sendo corretamente utilizadas como formas indispensáveis de garantir a segurança da informação.
- (D) permitir à direção determinar se as atividades de segurança da informação delegadas a pessoas, ou implementadas por meio de tecnologias de informação, são executadas conforme esperado.
- (E) determinar se as ações tomadas para solucionar uma violação de segurança da informação foram eficazes.



41. Considere o seguinte diagrama:



Este diagrama mostra a concorrência entre dois processos tentando acessar uma área controlada por um controle de fluxo. As áreas demarcadas pelas lacunas **I** são conhecida como

- (A) Região Crítica.
- (B) Memória HEAP.
- (C) Memória estática.
- (D) *Race Condition*.
- (E) *Thread*.

42. Analise o seguinte trecho de código criado na linguagem PHP:

```
<?php
$classe = "Escola";
$objeto = "Aluno";
$node = ".";
$valor = explode($node, $classe . $objeto);
echo $valor[0];
?>
```

Neste exemplo, a *string* resultante do comando *echo* será

- (A) "Escola.Aluno"
- (B) "EscolaAluno"
- (C) "Escola"
- (D) "Aluno"
- (E) "false"

43. No sistema de controle de versões Git, para efetuar o *download* dos *commits* de um repositório remoto para o repositório local é utilizado o comando *git*

- (A) *apply*.
- (B) *get*.
- (C) *push*.
- (D) *fetch*.
- (E) *update*.

44. Ana foi contratada em uma empresa para efetuar trabalhos de desenvolvimento relacionados à área de informática. Logo no primeiro dia foi convidada a participar de uma reunião que é efetuada diariamente, de apenas 15 minutos. Todos os participantes ficam em pé e ela é conduzida pelos próprios desenvolvedores. Durante esta pequena reunião, foram abordados o que cada desenvolvedor conseguiu concluir desde a última reunião, o que ele pretende efetuar até a próxima e, o que Ana achou muito importante, o que está impedindo que este desenvolvedor prossiga com seu trabalho. Ana foi informada que esta reunião pertence ao método ágil

- (A) *Jenkins*, e que o nome dado a esta reunião é *Sprint*.
- (B) *Kanban*, e as questões efetuadas são chamadas de artefatos.
- (C) *Scrum*, e que o nome dado a esta reunião é *Daily Scrum*.
- (D) *Sprint*, e que as questões efetuadas são chamadas de *Backlog*.
- (E) *XP*, e que tanto a reunião quanto as perguntas são denominadas Interação Contínua.



45. Em alguns casos, dois ou mais valores de atributos em um modelo de Entidade-Relacionamento estão relacionados. Por exemplo, os atributos Idade e Data de Nascimento de uma pessoa. Para uma Entidade-Pessoa em particular, o valor de Idade pode ser determinado pela data corrente e o valor de Data de Nascimento da pessoa. Portanto, o atributo Idade é chamado atributo  $\dots I$  do atributo Data de Nascimento, que, por sua vez, é chamado atributo  $\dots II$ .

As lacunas I e II são, correta e respectivamente, preenchidas com:

- (A) armazenado - derivado
- (B) derivado - armazenado
- (C) multivalorado - monovalorado
- (D) identificador - complexo
- (E) resultante - unívoco

46. Um banco de dados Oracle pode conter muitos esquemas (*schemas*). Um esquema é uma estrutura lógica que contém objetos, como segmentos, visualizações, *procedures*, funções etc. Um segmento é uma estrutura de dados que, dentre outras coisas, pode ser

- (A) um gatilho.
- (B) um objeto definido pelo usuário.
- (C) um índice.
- (D) uma coleção de tipos de dados.
- (E) um *link* de um banco de dados.

47. No banco de dados MySQL, uma das maneiras de se efetuar uma consulta na qual uma determinada coluna de uma tabela seja igual ao valor máximo de uma coluna de outra tabela é

- (A) `SELECT * FROM t1 WHERE colunaX = (SELECT MAX(colunaY) FROM t2);`
- (B) `SELECT * FROM t1 WHERE COALESCE(t1.colunaY, t2.colunaY);`
- (C) `SELECT colunaX from t1 IN MAX(SELECT colunaY from t2);`
- (D) `SELECT CASE WHEN colunaX = (SELECT colunaY from t2) AS c WHERE c = colunaX;`
- (E) `SELECT colunaX, colunaY from t1 WHER colunaX = colunaY;`

48. Considere os seguintes fatores sobre o sistema de arquivos EXT4 no Linux:

- I. O tamanho máximo deste sistema de arquivos é 1EB (*exabyte*), também suporta arquivos com 16TB (*terabytes*).
- II. Diretórios podem conter, no máximo, 128.000 subdiretórios, (contrastando com um máximo de 64.000 no ext3).
- III. Não é possível efetuar a montagem de um sistema de arquivos EXT3 existente como sendo um EXT4 sem efetuar seu *upgrade*. Isto se deve aos diferentes tipos de *journaling*.
- IV. Neste sistema de arquivos é possível desligar a funcionalidade *journaling*.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV
- (D) I e II.
- (E) I e IV.





49. Em um ambiente Linux, um determinado arquivo que contenha as permissões descritas como:

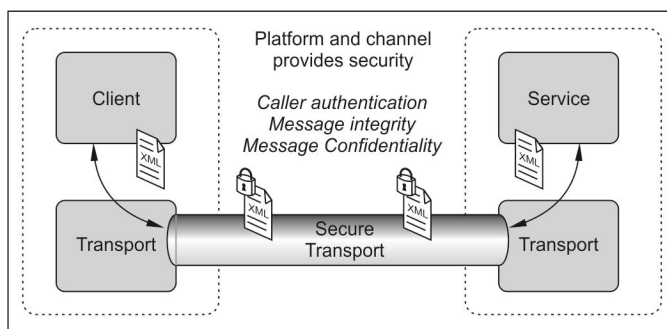
**-WX-W-r-X**

provê direito de

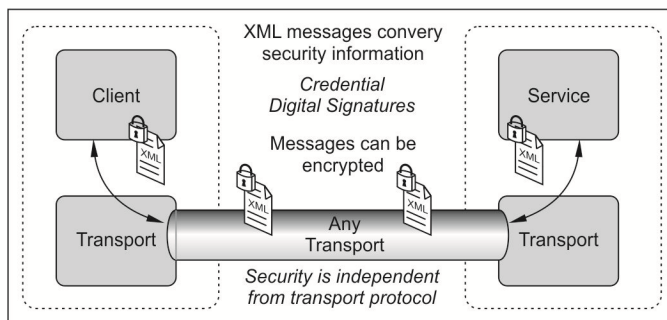
- (A) leitura para o proprietário do arquivo.
- (B) execução para usuários que não pertençam ao grupo deste arquivo.
- (C) escrita, tanto para o proprietário do arquivo, quanto para usuários que não pertençam ao grupo deste arquivo.
- (D) escrita e execução para os usuários que pertençam ao grupo deste arquivo.
- (E) leitura e execução para o proprietário do arquivo.

50. Considere as seguintes figuras que apresentam o envio de um arquivo entre dois serviços:

**Figura 1**



**Figura 2**



Com base nessas imagens e nas configurações padrão para os protocolos HTTP e HTTPS, é correto afirmar que o arquivo enviado na figura 1

- (A) é recebido na porta 80 e o arquivo enviado na figura 2 é transportado por HTTPS.
- (B) é transportado por HTTP e o arquivo enviado na figura 2 é recebido na porta 80.
- (C) e o arquivo enviado na figura 2 são transportados na porta 80, porém o primeiro arquivo possui um *header* que garante sua segurança.
- (D) é recebido na porta 443 e o arquivo enviado na figura 2 é transportado por HTTP.
- (E) é transportado por HTTPS e o arquivo enviado na figura 2 é recebido na porta 443.

51. Processadores possuem diversas características específicas, dentre elas,

- (A) processadores *quad core* são sempre mais rápidos que processadores *dual core*.
- (B) processadores AMD podem usar soquetes AM2, AM2+ ou AM3.
- (C) em teoria, quanto menos memória *cache* o processador tiver, mais rápido ele será.
- (D) os processadores da Intel possuem um recurso chamado de *hyper-threading* que simula sempre quatro processadores por núcleo de processamento.
- (E) processadores Intel podem usar soquetes DDi 366, DDi 766, DDi 1366 e DDi 1366 Plus.



52. A fórmula para calcular a capacidade de armazenamento disponível numa configuração RAID nível 3, considerando  $C$  como a capacidade disponível,  $n$  como o número de discos e  $d$  como a capacidade do disco, é
- (A)  $C = n \cdot d$
  - (B)  $C = (n-3) \cdot d$
  - (C)  $C = n \cdot d / 2$
  - (D)  $C = (n-1) \cdot d$
  - (E)  $C = (n+1) \cdot d$
- 
53. O CobiT é uma metodologia que promove um conjunto de padrões e boas práticas para o gerenciamento e o uso corporativo e transparente da TI, sendo considerado um padrão para o gerenciamento de TI, alinhado às estratégias de negócios. O processo que endereça as questões relacionadas à informação é o
- (A) PO1 – Definir o Modelo Corporativo da Arquitetura da Informação.
  - (B) PO3 – Definir o Esquema de Classificação de Dados.
  - (C) PO10 – Definir o Dicionário de Dados Corporativo.
  - (D) PO5 – Comunicar Objetivos e Direcionamentos Gerenciais.
  - (E) PO2 – Definir a Arquitetura da Informação.
- 
54. A instrução Normativa nº 04/2010 (MPOG/SLTI IN 04 2010) dispõe sobre o Processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (TI) pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal. No capítulo II, que trata do Processo de Contratação, o Artigo 10 dispõe que a fase de Planejamento da Contratação consiste nas etapas de Análise de Viabilidade da Contratação,
- (A) Plano de Negócio, Estratégia da Contratação, Análise de Riscos e Termo de Contratação.
  - (B) Plano de Sustentação, Estratégia da Contratação, Análise de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico.
  - (C) Planejamento Estratégico, Planejamento de Governança Corporativa, Planejamento de Gerenciamento de Serviços e Efetivação de Acordo Contratual.
  - (D) Plano de Sustentação, Plano de Governança Corporativa, Análise de Riscos e Termo de Aceitação do Projeto.
  - (E) Planejamento Estratégico, Análise de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico.
- 
55. O nível de maturidade B do MPS.BR (Gerenciado Quantitativamente), é composto pelos processos dos níveis de maturidade anteriores (G ao C). Este nível de maturidade
- (A) deve satisfazer integralmente os atributos de processo AP 4.1, AP 4.2, AP 5.1 e AP 5.2.
  - (B) possui, dentre seus processos específicos, Gerenciamento de Decisões e Gerência de Riscos.
  - (C) não possui processos específicos.
  - (D) possui, dentre seus processos específicos, Desenvolvimento de Requisitos e Validação e Verificação.
  - (E) possui, dentre seus processos específicos, Gerência de Requisitos e Gerência de Projetos.
- 
56. São entradas do processo Criar a Estrutura Analítica do Projeto (EAP), do Grupo de Processos de Planejamento, descritas na quarta edição do guia PMBoK:
- (A) Termo de Abertura do Projeto, Documentação de Requisitos, Registro das Partes Interessadas.
  - (B) Declaração do Escopo do Projeto, Documentação dos Requisitos e Ativos de Processos Organizacionais.
  - (C) Lista de Atividades, Atributos das Atividades, Lista dos Marcos, Declaração do Escopo do Projeto e Ativos de Processos Organizacionais.
  - (D) Termo de Abertura do Projeto, Saídas dos Processos de Planejamento, Fatores Ambientais da Empresa e Ativos de Processos Organizacionais.
  - (E) Documentação dos Requisitos, Dicionário da EAP e Ativos de Processos Organizacionais.
- 
57. No PMBoK, os processos de gerenciamento de projetos são agrupados em diversos grupos de processos. Um destes grupos contém os processos necessários para acompanhar, revisar e regular o progresso e o desempenho do projeto, identificar todas as áreas nas quais serão necessárias mudanças no plano e iniciar as mudanças correspondentes. Este grupo de processo é identificado no Guia PMBoK como Grupo de processos de
- (A) avaliação.
  - (B) monitoramento e controle.
  - (C) planejamento.
  - (D) melhoria continuada do projeto.
  - (E) execução.



**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que, na Folha de Resposta Definitiva:

- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

*Há quem acredite que, ao noticiar um fato, o jornalista deve ater-se à objetividade desse fato, sem submetê-lo a uma perspectiva mais pessoal. Mas há também quem creia que nenhum fato existe fora de alguma perspectiva pessoal e, nesse caso, a objetividade plena de uma notícia é apenas ilusória.*

Escreva uma dissertação em prosa posicionando-se quanto a uma das duas convicções apresentadas ou ponderando sobre ambas. Justifique amplamente seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	